

O VISCONDE DA PARNAÍBA E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM IMPERIAL NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Pedro Vilarinho Castelo Branco*

RESUMO: Este estudo analisa a trajetória de Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, um dos personagens centrais da História do Piauí Oitocentista. O argumento tem início com a definição da sua trajetória de vida, da sua construção dentro das condições existenciais do Piauí, no final do século XVIII. Em seguida, mostramos na análise que Manuel de Sousa Martins, a despeito de suas limitações iniciais, conseguiu usar as ferramentas de ascensão social presentes nas sociedades colonial e imperial e auferir para si e para sua parentela: poder, honra, prestígio social e patrimônio. O artigo se encerra com a análise da longevidade da sua governança no Piauí (1823-1843).

PALAVRAS CHAVE: Império; Política; Província do Piauí; Construção da ordem.

The viscount of Parnaíba and the construction of the Imperial order in the province of Piauí

ABSTRACT: This study analyzes the trajectory of Manuel de Sousa Martins, Viscount of Parnaíba, one of the central characters of the History of Piauí in the 19th century. The argument begins with the definition of his life trajectory, of his construction within the existential conditions of Piauí, at the end of the 18th century. Then, we show in the analysis that Manuel de Sousa Martins, despite his initial limitations, managed to use the tools of social ascension present in colonial and imperial societies and to gain for himself and his relatives: power, honor, social prestige and patrimony. The article ends with an analysis of the longevity of its governance in Piauí (1823-1843).

KEYWORDS: Empire; Policy; Piauí Province; Order building.

El visconde de Parnaíba y la construcción del orden imperial en la provincia do Piauí

RESUMEN: Este estudio un análisis de la trayectoria de Manuel de Sousa Martins, Visconde de Parnaíba, uno de los personajes centrales de la historia de Piauí en el siglo XIX. El argumento comienza con la definición de la trayectoria de su vida, de su construcción dentro de las condiciones existenciais de la Provincia, a fines del siglo XVIII. Luego, mostramos en el análisis que Manuel de Sousa Martins, aunque con sus limitaciones iniciales, logró utilizar las herramientas de ascensión social presentes en las sociedades coloniales e imperiales y ganar para sí mismo y sus parientes: poder, honor, prestigio social y patrimonio. El artículo termina con un análisis de la longevidad de su gobierno en Piauí; (1823-1843).

PALABRAS CLAVE: Imperio; Política; Provincia de Piauí; Orden de construcción.

*Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí – IHGPI. Contato: Campus Ministro Petrônio Portella, Ininga, 64549-550, Teresina-PI, Brasil. E-mail: pedrovilarinho@uol.com.br. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-3380-3438>.

Georges Gardner, botânico escocês, ao chegar a Oeiras, capital do Piauí em 1839, se dirigiu ao Palácio Presidencial, com o objetivo de entregar as cartas de recomendação ao então Presidente da Província¹. As palavras de Gardner, no seu relato, são de certo estranhamento, ao se deparar com a simplicidade do Palácio e mais ainda com a figura de Manuel de Sousa Martins², o Barão da Parnaíba. Segundo ele, esse homem era uma das figuras mais conhecidas no Norte do Brasil, governava a província, desde os anos 1823, quando da independência. Na sequência, as palavras de Gardner descrevem um homem de aspecto rústico, de espírito prático. De certa forma, a aparência do governante destoava do padrão esperado pelo viajante europeu. Em outro momento, Gardner afirma que, antes da sua ascensão ao poder, Manuel de Sousa Martins era uma figura politicamente menor, sem expressão. Talvez esse estranhamento tenha despertado no botânico a curiosidade de investigar a trajetória de Manuel de Sousa Martins, possibilitando, a ele próprio, entender o percurso histórico e a trajetória daquela figura intrigante.

A intenção, nesta pesquisa, é revisitar artigos de jornais, relatos de memórias e textos historiográficos que tratem de Manuel de Sousa Martins, evidenciando como ele conseguiu, galgar projeção social e alcançar, distinção, honra e ocupar altos postos de poder na Província. Iniciamos com a definição da sua trajetória de vida, dentro das condições existenciais do Piauí no final do século XVIII, período de percurso da infância à vida adulta, marcado pela inserção no mundo do trabalho e pelos começos de seu envolvimento com o jogo do poder e, finalizando no início dos anos 1820, quando Manuel de Sousa Martins, já homem maduro com aproximadamente 53 anos de idade, se envolve de forma direta nos embates políticos da Província do Piauí.

No segundo momento, a análise se direciona para a militância política, propriamente dita, procurando entender como ele se envolveu no jogo do poder, criando, para si, um espaço de protagonista, usando a sua favoracultura política que condicionava as interações entre os potentados locais e o poder central, que se deslocou, no tempo, do domínio colonial de Lisboa para o domínio imperial do Rio de Janeiro.

Uma questão que nos interessa problematizar, na segunda parte do argumento, é a longevidade do governo de Manuel de Sousa Martins no Piauí. Enquanto na quase totalidade das províncias brasileiras, os Presidentes eram trocados, periodicamente, o Presidente do Piauí conseguiu sobreviver por vinte anos na sua função. Entender as circunstâncias, as estratégias de ação que possibilitaram o protagonismo político e a longevidade de Manuel de Sousa Martins na governança da Província, será um dos pontos de análise.

As origens familiares de Manuel de Sousa Martins se enredam com o processo de invasão e consolidação da conquista das terras da bacia do rio Parnaíba pelos portugueses no século XVIII. Nesse período, algumas famílias portuguesas se estabeleceram na região e se envolveram com a instalação de fazendas e com o criatório do gado bovino. Assim, na sua ascendência, encontramos antigos patriarcas coloniais da família Vieira de Carvalho e, ainda, Valério Coelho Rodrigues, seu avô materno, que, nascido em Portugal, migra para São Paulo e, posteriormente, para a região de Paulistana no Piauí, onde se estabelece e ramifica sua rede familiar. Entre seus descendentes, estava Ana Rodrigues Santana, que vem a ser a mãe de Manuel de Sousa Martins. O pai tinha origem em Portugal, homem branco, mas sem posses, migrou para o Brasil em meados do século XVIII e, depois de algum tempo na Bahia, resolveu aventurar-se pelo sertão, no Piauí, instalou-se nas propriedades de Valério Coelho Rodrigues, em seguida, veio a casar-se com Ana Rodrigues de Santana, filha do patrão.³

Seguindo as regras dos enlaces matrimoniais na América portuguesa, o novo casal recebeu como dote a fazenda Serra Vermelha, onde passaram a morar. Na fazenda, nasceram seus descendentes, recebendo o mais velho o mesmo nome do pai: Manuel de Sousa Martins, o futuro Barão da Parnaíba. Os relatos memorialísticos dão conta de que Manuel Martins, o pai, se dedicava ao criatório do gado bovino e cavalariagem e que, periodicamente, se deslocava para a Bahia, para fazer a venda do gado em feiras daquela Capitania.⁴

As informações sobre a infância de Manuel de Sousa Martins são poucas e encontradas de forma sintética em algumas biografias. No romance *Vaqueiro e visconde*,⁵ José Expedito Rego retrata alguns aspectos da sua infância, revelando uma possibilidade de trajetória infantil no Piauí do final do século XVIII e início do século XIX. Lastreado na referida bibliografia, é possível fazer algumas reflexões sobre a infância do menino Né de Sousa⁶.

Suas experiências de vida se passam no meio rural, dando conta da existência de práticas diversas, de sociabilidades construídas, em grande parte, fora dos quadrantes escolares. As poucas informações sobre seus aprendizados formais dão conta da sua frequência às aulas do Sargento-Mor Marcos Francisco de Araújo Costa, seu tio, com quem aprendeu a ler, a fazer cálculos aritméticos e foi iniciado na língua latina.⁷ Se o menino tivesse demonstrado maiores interesses pelo aprendizado escolar, poderia, possivelmente, ter dado continuidade aos estudos e alcançado maior grau de instrução, como ocorreu com seu primo Marcos Araújo Costa, que foi encaminhado para São Luís no Maranhão e depois para Olinda e Portugal, de onde voltou feito padre.⁸ No entanto, os interesses de Manuel de Sousa

Martins apontavam para a inserção na vida de criador, de vaqueiro, a vida no campo, intensamente presente, parecia lhe encantar e, no Piauí da segunda metade do século XVIII, esse era o percurso natural a ser seguido, dar continuidade aos estudos era a exceção, não a regra.

Aos dezesseis anos de idade, Manuel de Sousa Martins se encontrava pronto para começar a vida adulta, situação que se precipitou diante da morte do pai. Desde então, passou a administrar as terras herdadas do genitor, assim como também as propriedades da mãe e da avó materna. A pecuária foi, durante toda a sua vida, a atividade principal. No entanto, já homem maduro, na casa dos 20 aos 30 anos, resolve se engajar nas milícias, e o faz na condição inicial de soldado raso, passando depois a galgar postos mais elevados, começando por furriel, alcançando, em 1804, a posição de alferes do Regimento de Cavalaria de Milícias. Em 1812, era Coronel agregado, sendo, em 1815, efetivado no cargo de Comandante, em substituição a Luís Pereira de Abreu Bacelar. Em 1820, reformou-se, a pedido, na condição de Brigadeiro.⁹

A situação de proprietário de terras, gado e escravos fazia de Manuel de Sousa Martins um homem bem situado para os padrões do sertão, no entanto, a ocupação de cargos públicos, principalmente de funções militares, era espaço sempre requisitado pelas elites como forma de aumentar o prestígio social e político, forma de acrescentar honra e distinção social a um homem. Segundo Raimundo Faoro, uma das formas dos colonos se integrarem na ordem colonial era a agregação nas ordens militares. No período colonial, a patente de milícias correspondia a um título de nobreza, nobilitava, dava prestígio, impunha respeito e respaldava o mandonismo dos proprietários rurais¹⁰.

No Brasil colônia, particularmente nos sertões distantes e áreas de conquista relativamente recente, como era o caso do Piauí, as milícias tinham um papel de mantenedoras da ordem, da defesa dos interesses do rei de Portugal, esse sistema era incentivado pela Coroa, mesmo que, paradoxalmente, o exercício das funções militares levassem ao fortalecimento do mandonismo privado local e a uma certa precarização das autoridades governamentais encaminhadas pela Coroa.¹¹

Na construção da distinção e da honra, os esforços de Manuel de Sousa Martins, por alcançar títulos e mercês da Coroa portuguesa, não cessaram com a conquista de postos militares. Assim à medida que galgava patentes mais elevadas na carreira militar, ele requereu e alcançou também outras honrarias como o Hábito da Ordem de Cristo em 1811, sendo em

1814, já como Coronel do Regimento de Cavalaria, elevado à condição de Cavaleiro da Ordem de Cristo.¹²

Para uma sociedade permeada por valores e práticas de Antigo Regime, a distribuição dessas honrarias era parte da economia de mercês usadas pela Coroa portuguesa para recompensar os serviços de seus súditos, ao tempo em que reforçava os laços entre o monarca e as elites das diferentes partes do Império português. Para o rei, a concessão desses títulos, além de recompensar seus súditos pela lealdade e pelos serviços prestados, era também uma forma de consolidar sua posição hegemônica, na sociedade, e seu monopólio na construção das hierarquias sociais, na medida em que era a única a distribuir honrarias e privilégios. Os vassallos, por seu lado, ao requererem e serem agraciados com benesses reais, reconheciam a grandeza e a potência real, ao tempo que conseguiam símbolos que reforçavam sua dignidade e superioridade no meio social.¹³

Manuel de Sousa Martins, na sua estratégia de ocupação de espaços na vida pública e de construção de seu prestígio e da sua visibilidade social, ainda ocupou uma função, de caráter civil, ou seja, o cargo de Tesoureiro Geral da Junta da Real Fazenda da Capitania do Piauí.

As juntas Reais de Fazenda permitiam que as elites coloniais participassem do cotidiano administrativo das capitanias, o interesse inicial da Coroa era a incorporação de homens com larga experiência e cabedais nas atividades comerciais, homens que usassem sua experiência para agilizar os negócios do Reino, contudo, na prática vivida, esse perfil nem sempre foi o incorporado.¹⁴ Esses órgãos foram criados no período de Governo do Marquês de Pombal e faziam parte das novas estratégias administrativas da Coroa portuguesa, objetivando maior racionalidade da máquina pública e buscando o engajamento de membros da aristocracia colonial nos assuntos administrativos e fiscais do governo.¹⁵

As juntas foram progressivamente instaladas no Brasil, atendendo inicialmente às capitanias mais dinâmicas e com maiores vínculos com a economia colonial de exportação. Dessa forma, a junta Real de Fazenda do Piauí foi a décima a ser criada, apenas em 1811, pela Carta Régia de 27 de abril de 1811, já na Regência de D. João VI.¹⁶

Na referida Carta Régia, ficavam definidos o perfil e as funções do Tesoureiro Geral. Ao cargo deveria ser nomeado “pessoamuito abonada, dotada de inteligência e probidade, e isenta de contratos, com a Real Fazenda.”¹⁷ O Tesoureiro Geral ficaria responsável pelo recebimento e guarda de todos os recursos provenientes dos contratos com a Coroa na

capitania, bem como responsável pelos pagamentos feitos, em nome da Coroa portuguesa, com o uso dos referidos recursos.

Bruno Aidar chama a atenção para os limites práticos da ideia de implantação da racionalidade e da eficiência na burocracia fiscal lusitana, mesmo a de inspiração pombalina, particularmente, no que se refere à separação entre interesses públicos e privados. Na prática, as intensas relações entre os membros da Junta Real de Fazenda e a sociedade local, especialmente os vínculos familiares, não eram problematizados e condenados pelo Estado português.¹⁸ Alguns membros das Juntas tinham relações de parentesco com parte significativa dos contratadores de impostos das capitanias e poderiam usar dessa posição privilegiada, para beneficiar interessados em arrematar, em leilões, os impostos a serem cobrados nas capitanias. Dessa forma, podemos pensar que a ocupação de espaços nas Juntas da Fazenda Real, longe de ser um cargo burocrático insignificante, poderia ser um instrumento para beneficiar indivíduos e fortalecer vínculos e articulações políticas e, assim, favorecer as redes de poder de determinados grupos oligárquicos locais.

O que teria levado o Governador da Capitania, em 1811, a nomear Manuel de Sousa Martins na função de Tesoureiro-Geral da Junta da Fazenda Real da Capitania do Piauí? Bruno Aidar, ao analisar a composição da Junta da Capitania de São Paulo, afirma que a função recaiu em bacharéis, o que apontaria para a questão técnica e, ainda, em grandes homens de negócio, no entanto, um perfil presente em todos os indicados era o de possuir vínculos familiares com grupos socialmente bem posicionados na capitania. Dentro dessa lógica, podemos entender porque Manuel de Sousa Martins, não tendo formação técnica adequada para a função, tenha sido o escolhido.

Outrossim, Georges Gardner, aponta para habilidades e astúcias de Manuel de Sousa Martins, o que, possivelmente, favoreceu o seu acesso aos postos públicos que alcançou, nos anos finais do período colonial e mesmo no período imperial. Segundo o mencionado viajante inglês, Manuel de Sousa Martins era hábil na arte de distribuir presentes e favores, sendo sempre obsequioso para com todas as altas autoridades, como governadores e juízes. Atendendo sempre a demandas como a provisão de cavalos, de mantimentos para trazê-los do litoral até Oeiras, e uma vez instalados na capital, se apresentava como um servo fiel e atencioso, sempre pronto a apoiá-los nas medidas anunciadas. Dessa forma, aliando origens familiares, habilidade política, ambição e favores pessoais aos indivíduos certos, o nosso personagem foi construindo sua carreira nos sinuosos caminhos da burocracia estatal

portuguesa, particularmente, naqueles espaços que se encontravam abertos aos homens das elites regionais: a carreira militar e a Junta da Real Fazenda.

Concluindo a análise, podemos afirmar que a nomeação de Manuel de Sousa Martins para o cargo de Tesoureiro Geral da Junta da Fazenda Real, na Capitania do Piauí, possivelmente tenha lhe possibilitado aprender o jogo de interesses e poderes presentes nos meandros burocráticos do estado português, bem como potencializar interesses privados, beneficiar indivíduos e, assim, fortalecer sua inserção e prestígio social

Nas sociedades de Antigo Regime, a construção de uma posição de prestígio não era alcançada só pelos títulos e pela ocupação de funções públicas, era preciso também ter evidência social, ser percebido pelos pares na sua alta dignidade. Diante disso, as festas religiosas e outras efemérides públicas eram oportunidades de dar visibilidade, e mesmo de demonstrar a qualidade de um homem honrado. Dessa forma, a vinculação a confrarias religiosas e, ainda, a participação destacada nas festividades promovidas pelas mesmas era sempre oportunidade de dar visibilidade às distinções sociais.¹⁹

Georges Gardner, nos seus relatos sobre a personalidade e as atitudes de Sousa Martins, afirma que ele fazia questão de participar das festas religiosas, nas quais desempenhava papel de destaque, sempre nomeado diretor das festividades, para o que não fazia economia, gastando somas significativas.²⁰ Se as funções mais destacadas nas festas, possivelmente, fosse posição que Manuel de Sousa Martins só alcançaria em momento posterior, já quando ocupava o Governo Provincial, é possível pensar que participações anteriores, em postos intermediários, mais de visibilidade, fossem também utilizadas como estratégia para evidenciar sua ascensão na hierarquia social.

Passando para o segundo ponto de análise, direcionamos nosso foco para a ascensão de Manuel de Sousa Martins às mais altas esferas do Governo local. O seu acesso aos altos cargos políticos da Província se dá no início dos anos 1820, período marcado por intensa agitação política em Portugal e no Brasil. A revolta do Porto, tencionava encerrar o regime Absolutista e instituir as bases de um governo constitucional em Portugal.²¹ Nas Províncias do Brasil, foram criados Governos provisórios por decisão da Assembleia constituinte de setembro de 1821. Nessa conjuntura, Manuel de Sousa Martins, que há muito se aproximava das esferas políticas, ambicionando ocupar espaços de poder, conseguiu, em eleição de outubro de 1821, eleger-se como membro da Junta Governativa Provisória, na função de Vice-Presidente.²²

Em fevereiro de 1822, seguindo as determinações da Assembleia Constituinte, foi feita uma outra eleição, para definir uma Junta de Governo Provisória, desta feita, Manuel de Sousa Martins, que ambicionava continuar ocupando espaço político, sofreu uma oposição ao seu nome, acabando por ficar de fora da Junta de Governo que se formara. Cabia ainda à junta a nomeação do comandante das Armas da Província, mas a prevenção contra Manuel de Sousa Martins continuou, e encontraram razões para afastá-lo da função: era militar da reserva, ocupava a função de Tesoureiro da Junta da Fazenda. Foi, assim, preterido mais uma vez. A mais alta função militar da Província acabou ocupada pelo Coronel Joaquim de Sousa Martins, seu irmão.²³

Em agosto de 1822, às vésperas do desfecho do processo de independência do Brasil, chega ao Piauí, um militar, o Major João José da Cunha Fidié, português, que assumiu o comando das armas da província, fortalecendo os grupos políticos do Piauí fiéis a Portugal. No entanto, em 19 de outubro de 1822, as forças políticas do Norte do Piauí, principalmente da cidade de Parnaíba, capitaneadas pelo Coronel Simplício Dias da Silva, declarou a adesão do Piauí à causa da independência e, ato contínuo, convidou a Vila de Campo Maior a aderir à sua proclamação.²⁴ A junta de governo em Oeiras, continuou fiel aos interesses portugueses, e, assim, o Major Fidié se preparou e partiu para o Norte da Província, objetivando abafar o movimento de rebelião.²⁵

Essa pareceu ao comandante militar a medida mais acertada, Oeiras, a capital, estava tranquila, a Junta de Governo tinha o controle da situação e, aparentemente, uma adesão ao movimento do Príncipe Regente, partindo de Oeiras, parecia improvável. No entanto, a fragilidade das forças militares que ficaram guarnecendo a capital serviu de incentivo para movimentações de rebeldia. Segundo os relatos de Georges Gardner, muitas pessoas ilustres da Província, receberam cartas da Bahia e do Ceará solicitando que levantassem a bandeira do movimento da independência, mas todas se colocavam favoráveis a D. João VI e a Portugal. Ainda segundo Gardner, era tão escassa a influência política de Manuel de Sousa Martins que nem uma dessas cartas foi direcionada a ele. No entanto, usando do seu senso de oportunidade, mandou correspondências para a Bahia e ao Ceará, informando, que estava articulando com alguns correligionários a adesão da Província a D. Pedro, que se pudesse contar com o apoio de tropas de outras províncias, estaria pronto para protagonizar o movimento.²⁶

Manuel de Sousa Martins estava fora da Junta Governativa e alimentava o sonho de voltar ao poder. Ao receber respostas favoráveis ao seu oferecimento, articula com aliados

locais e com as forças militares favoráveis à Independência, que prometiam se deslocar da Bahia e do Ceará em apoio a um movimento adesista, entrando em ação, na madrugada do dia 24 de janeiro de 1823.²⁷ A Junta governativa pró-Portugal, pega de surpresa, e quase sem contar com apoio militar, se tornou presa fácil dos revoltosos, que tomaram conta do governo provincial, sem grande esforço.²⁸

Vitorioso o movimento, os rebelados, promovem a eleição de um Governo provisório. Para o qual foi composta uma junta de cinco membros, capitaneada por Manuel de Sousa Martins, os demais membros eram todos ligados às forças políticas de Oeiras e ao novo Presidente da Junta de Governo.

Diferentemente do movimento da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins, se dirigia às demais vilas da Província, como Presidente da Junta Governativa, procurava se impor como uma fala autorizada, legitimada por ser emitida de um espaço de poder, da capital provincial.²⁹ Desse lugar, manda mensagens a todas as câmaras municipais e mesmo ao comandante das Armas da Província, o Major João José da Cunha Fidié, que, no momento se encontrava em Parnaíba. A palavra de ordem era a adesão de todos à causa do Brasil, à Independência. Para reforçar seu argumento afirma que tropas favoráveis ao movimento se deslocavam para o Piauí e logo estariam apostos, para o combate, se necessário³⁰

A estratégia era disseminar o movimento de adesão à independência do Brasil pela Província, via apoio das Câmaras municipais. À medida que o processo adesista fosse se propagando por todo o Piauí, a reação das forças defensoras da causa portuguesa ficava dificultada. O movimento de Parnaíba, iniciado em outubro de 1822, além de sofrer com a pronta reação das tropas portuguesas estacionadas na Província, não tinha a capilaridade para influenciar os grupos políticos de Oeiras e suas áreas de maior influência no centro-sul do Piauí. Como os grupos políticos de Parnaíba, que tinham liderança significativa nas vilas ao norte da Província, já haviam se antecipado e se posicionado favoravelmente ao movimento de independência, a unidade de interesses, em torno do movimento iniciado em Oeiras parecia, o caminho a ser seguido.

O Major Fidié e suas forças militares concentravam a reação à causa da independência no Piauí. Avisado dos acontecimentos de Oeiras, resolve voltar à Capital para sufocar o segundo foco do movimento rebelde. O caminho tomado pelo Governo provisório foi solicitar o apoio externo prometido e, assim, tropas piauienses, somadas a tropas vindas das províncias vizinhas, participaram dos embates militares contra Fidié, que, iniciados em Campo Maior no Piauí, tiveram fim no Maranhão, na cidade de Caxias, onde o militar português, resolvera se

alojar depois dos primeiros embates. Não fora derrotado, mas se sentia fragilizado e decidiu adentrar o Maranhão, que continuava fiel a Portugal, para fortalecer a resistência portuguesa naquela província e, só em seguida, voltar ao Piauí.³¹

Concluídas as contendas travadas contra Fidié no Maranhão, disputas em que Manuel de Sousa Martins esteve presente, mas contando com o suporte do Governo Imperial e de tropas vindas do Ceará, Pernambuco e Bahia, a Junta de Governo do Piauí, deu início a uma campanha de construção de Manuel de Sousa Martins como principal líder do movimento de independência no Piauí, assim, merecedor de mercês e títulos a serem concedidos pelo Imperador.³²

Manuel de Sousa Martin, ao tempo em que enaltecia seus feitos, também construía uma memória a ser exaltada sobre a Independência, instituída um marco inicial dos acontecimentos, buscando apagar outras memórias articuladas a outras datas e a outros personagens. No documento enviado pela junta governativa, comandada por Manuel de Sousa Martins, ao Rio de Janeiro, nada é dito sobre as elites de Parnaíba, de Simplicio Dias da Silva, de Domingos Dias da Silva, de Leonardo Castelo Branco, do dia 19 de outubro de 1822. Não são negados, mas silenciados. Usa-se a escrita para criar verdades, para manipular a memória coletiva, como afirma Jacques Le Goff, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva”.³³

A posição de Manuel de Sousa Martins era a de Presidente de uma Junta Governativa Provisória, precisava da nomeação do Imperador para firmar sua situação de líder político e de Presidente do Piauí. A unção do Imperador se daria como mercê, como fruto de serviços, de favores realizados pela causa e grandeza do soberano. É com esse intuito que Manuel de Sousa Martins escreve ofício ao Imperador, nos dias seguintes ao desfecho das disputas contra as forças militares portuguesas.

No ofício encaminhado ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, a Junta de Governo informa sobre os acontecimentos na província e solicita que, em reconhecimento ao empenho de Manuel de Sousa Martins pela causa da Independência, seja concedida sua promoção do posto de Brigadeiro ao posto de Marechal de Campo. No ofício havia toda a construção discursiva dos feitos que justificariam, sobejamente, o atendimento do pedido:

Ele arrancou esta província do letargo em que jazia, e a salvou dos despotismos de Portugal e das garras dos seus sectários, trabalhando e promovendo incansavelmente a defesa dela e de sua união à causa do Império.

Sendo ele quem fez ressoar nesta cidade as vozes da independência do Brasil, que estavam abafadas, e aclamar o senhor dom Pedro I por nosso imperador perpétuo defensor, no memorável dia 24 de janeiro do corrente ano, cujo feliz resultado

trouxe a conseguinte e espontânea adesão de toda a província. Não tem sido menos ardente e laborioso em promover e cooperar para o bom êxito da encarniçada luta que esta província tem tido com os dissidentes internos e externos, e em parte muito superior a ele se deve o seu feliz êxito, não entrando em dúvida que sobre seus ombros tem pesado a salvação desta referida província.³⁴

No ofício, a Junta Governativa dá conta, ainda, que os méritos e serviços dispensados por Manuel de Sousa Martins, em favor da causa da Independência, transcendem a Província do Piauí, pois ele entrou na Província do Maranhão, se envolvendo nas lutas contra Fidié, em Caxias, o que teria sido importante para a adesão daquela Província ao Império do Brasil.

Em resposta ao documento encaminhado ao Rio de Janeiro, a junta provisória de Governo do Piauí recebe um aviso do ministro dos Negócios do Império, afirmando que estava ciente dos acontecimentos na Província, solicitava que continuassem com as ações para consolidar a adesão ao Imperador, e que informassem o nome e os feitos das pessoas que desenvolveram qualidades mais recomendáveis em benefícios da sagrada causa da independência do Brasil, a fim de que o Imperador pudesse tomar conhecimento das ações e, assim, agraciar a cada um com a devida consideração.³⁵

Na resposta encaminhada ao Rio de Janeiro, no dia 22 de dezembro de 1823, são expressos os nomes e os feitos de cada um dos que, no entendimento da Junta de Governo, haviam contribuído para a adesão do Piauí à causa da Independência, os nomes foram distribuídos em três grupos, possivelmente, com a intenção de atender aos interesses do grupo político que comandava o Governo da Província naquele momento.

No primeiro grupo, constavam o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins e o Coronel Joaquim de Sousa Martins. Líderes do movimento de rebelião, beneméritos autores da aclamação da Independência na capital do Piauí, “no memorável dia 24 de janeiro de 1823”. Os indicados haviam logrado êxito no feito, com dispêndio de energias e com recursos de suas fazendas. No segundo grupo, constavam o major Manuel de Sousa Martins, o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins e o Major Francisco de Araújo Costa. Esses oficiais foram encarregados de se reunirem ao quartel das tropas de 1º linha na capital e tomarem o controle da tropa, pois o comando do batalhão era contra a causa brasileira. No terceiro grupo constavam o Tenente-Coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, o Tenente José Martins de Sousa, o Tenente Coronel Manuel de Miranda Osório, o Capitão José de Sousa Martins e o Tenente-Coronel Miguel José Ferreira, oficiais que haviam acompanhado os comandantes na tomada do quartel e do governo da Província.

O documento ainda afirmava que tudo fora executado com a melhor ordem e sossego, depois das duas horas da manhã e, imediatamente ao raiar da aurora, os rebeldes deram vivas à Independência e ao Imperador, com a conseqüente derrubada da Junta de Governo e, em seguida, procederam à eleição de uma nova Junta governativa.³⁶

Podemos afirmar que todos os indicados são ligados por laços de parentesco ou de fidelidade política ao Brigadeiro Manuel de Sousa Martins. A Junta de Governo, usando do seu lugar institucional, da sua legitimidade enquanto *locus* do poder e espaço privilegiado de interlocução com o Governo Imperial, procura instituir uma verdade dos fatos, das ações, construir reputações, méritos e uma memória coletiva expressa na escrita e, conseqüentemente, direcionar mercês e honras a determinados indivíduos.³⁷ A longa lista, agraciando um número significativo de nomes, serviria também para hierarquizar os merecimentos, ao tempo em que consolidava os vínculos de fidelidade no grupo.

Os esforços de Manuel de Sousa Martins e da Junta Governativa do Piauí na construção de uma verdade sobre o processo de Independência, contaria com adversários de peso, e que, a princípio, pareciam ter significativa força de pressão e persuasão sobre o Governo Imperial. Estamos nos referindo ao grupo político que assume o Governo na Província do Ceará. Na pesquisa documental, encontramos artigo no jornal *Império do Brasil (Diário do Governo)*, publicado na província do Ceará, em agosto de 1823, em que o articulista faz menção a um Ofício encaminhado pelo Presidente da província do Ceará ao Governo Imperial, na data de 30 de junho de 1823, informando que a província do Piauí, com grande empenho dos cearenses, estava totalmente livre do domínio português, que o Major José da Cunha Fidié, havia sido expulso do Piauí e, em seguida, derrotado em Caxias no Maranhão. E que em breve, também a Província do Maranhão estaria unida e ligada ao Império do Brasil.

Na construção discursiva do processo de independência do Piauí, supostamente elaborado em ofício encaminhado pelo Governador da Província do Ceará endereçada às autoridades Imperiais, em seguida divulgado seu conteúdo na imprensa cearense, os louros do feito deveriam ser direcionados às tropas cearenses e também a Simplício Dias da Silva, líder político da Vila de Parnaíba, o primeiro a declarar a independência do Piauí e a adesão ao Império do Brasil, ainda em 19 de outubro de 1822.³⁸

Simplício Dias e seus aliados teriam, juntamente com as tropas expedicionárias encaminhadas pela província do Ceará, desempenhado papel fundamental na luta contra as tropas fiéis à causa portuguesa. O mérito da vitória deveria ser dado a Simplício Dias da

Silva, a João Candido de Deus e Silva, lideranças de Parnaíba e ainda a João de Andrade Pessoa, Sargento-Mor na cidade cearense de Granja, localizada próxima à fronteira com o Piauí, que havia estado com os parnaibanos, desde o início da luta. O esforço dos parnaibanos teria se dado com o empenho pessoal e com grande soma de recursos com os quais sustentaram as tropas defensoras da causa da Independência. Em reconhecimento do esforço dos parnaibanos, o Imperador resolveu agraciá-los com mercês, nomeando-os como dignitários da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul.³⁹

Simplício Dias da Silva se notabilizava pela boa formação, pelos ricos cabedais alcançados com o criatório do gado e, principalmente, com o beneficiamento de carne nas charqueadas e nas atividades de exportação e importação no litoral do Piauí, vinha daí os seus vínculos com o Ceará. O que queremos afirmar é que o Coronel Simplício Dias da Silva tinha luz própria, e possivelmente seus méritos fossem conhecidos na própria corte, no entanto, os vínculos políticos com o Ceará fortaleciam a sua imagem no processo de Independência e a sua indicação para o recebimento de mercês vindas do Imperador.

Em outubro de 1823, as autoridades imperiais solicitam à Junta provisória de Governo do Piauí informações sobre a pessoa de Simplício Dias da Silva. Em resposta à indagação proveniente da corte imperial, a Junta de Governo encaminhou ao Imperador um ofício, no qual atestava a dignidade de Simplício Dias da Silva e seus merecimentos no processo de independência do Piauí, como podemos ver em trecho da resposta:

A junta provisória de Governo do Piauí, atesta que Simplício Dias da Silva, Coronel comandante do 2º Regimento de cavalaria de milícias da Vila de Parnaíba desta província, é um cidadão benemérito e honrado; tem feito na vila de Parnaíba, a bem de sua defesa e costa, muitos e importantes serviços e despesas não pequenas de sua própria fazenda. Comanda aquele ponto da província com zelo e patriotismo, foi um dos líderes do movimento de independência de 19 de outubro de 1822, seguiu para o Ceará com a chegada das tropas de Fidiè na Vila de Parnaíba, quando no memorável dia 24 de janeiro, foi proclamada a independência do Piauí, voltou a Província e foi incumbido por essa junta governativa de comandar a defesa da província no seu setor norte. Sempre cumprindo com mérito suas funções, e fazendo por merecer a consideração de sua Majestade Imperial.⁴⁰

A Junta de Governo, sem negar os méritos de Simplício Dias da Silva, usa de artifícios de linguagem para, sutilmente, diminuir a sua participação e seus merecimentos. Ao afirmar que foi um dos líderes do movimento de proclamação da Independência, ainda em outubro de 1822, o faz de forma protocolar, sem ufanismo, não dá maior importância ao acontecimento, e mesmo o inferioriza, quando em seguida afirma; “quando no memorável dia 24 de janeiro de 1823, foi proclamada a independência do Piauí, o Comandante Simplício Dias da Silva, que estava refugiado no Ceará, voltou ao Piauí e se engajou na luta de independência.” Um último

ponto relevante, expresso na resposta da Junta Governativa, foi a definição do espaço, do papel, que coube a Simplício Dias da Silva no enredo da Independência, ele havia cumprido suas funções de forma patriótica, mas como um coadjuvante, havia executado bem as funções que a Junta Governativa tinha planejado, arquitetado e determinado a ele: a defesa do norte da Província. Da forma como é dito, podemos afirmar que o papel de protagonista no processo coube a Manuel de Sousa Martins. Simplício Dias da Silva era homem de mérito, fora peça importante da engrenagem, mas de forma secundária.⁴¹

Manuel de Sousa Martins continuava, de forma provisória, a governar a Província do Piauí, o Imperador demorava a nomear um Presidente efetivo. Apenas em outubro de 1823, quando foi aprovada a lei que dava forma jurídica à governança das províncias, as juntas provisórias seriam abolidas e nomeado um Presidente. Tanto o Presidente como o Secretário de Governo seriam escolhidos/nomeados pelo Imperador e removidos do cargo sempre que o Imperador assim entendesse. Cada província elegeria ainda um Conselho, formado por seis membros que auxiliariam o Presidente na administração.⁴²

Para frustração de Manuel de Sousa Martins, no final do ano de 1823, chega a Oeiras a notícia da nomeação de Simplício Dias da Silva como novo Presidente da Província. A nomeação sai em meio ao conturbado período político que levou o Imperador a fechar a Assembleia constituinte, e a criar um Conselho de sua total confiança para elaborar uma carta constitucional. Esses acontecimentos acabaram por impactar de forma significativa o Norte do Império, levando mesmo a um levante revolucionário, a Confederação do Equador.⁴³

Simplício Dias da Silva fora nomeado, mas se demorava a tomar posse na função com a qual o Imperador o havia honrado. Não tivemos acesso a documentos que expressem as razões que levaram o indicado a postergar e mesmo desistir de assumir a presidência da Província, mas, sobre essa questão, podemos fazer algumas observações. Simplício Dias da Silva, além de pecuarista, era também comerciante, controlava um próspero empreendimento de charqueadas e, possivelmente, desligar-se dos seus negócios, migrar para Oeiras distante muitas léguas de Parnaíba, não seria escolha fácil. Outro ponto que acreditamos deve ter pesado na indecisão de Simplício Dias da Silva foi a dinâmica dos acontecimentos políticos no Brasil, a forma como o Imperador encaminhava a governança do Império.⁴⁴ Os arroubos absolutistas, o fechamento da Assembleia Constituinte, a Carta Constitucional outorgada que fora imposta à nação, provavelmente, essas questões políticas, somadas aos interesses privados de Simplício Dias da Silva pesaram decisivamente para que o mesmo não se dirigisse a Oeiras para tomar posse na cadeira presidencial.

Nesse período, é provável que Manuel de Sousa Martins, mesmo se sentindo desmerecido e injustiçado, pois as mercês como recompensa pelos empenhos na adesão ao processo de independência foram dirigidas a Simplício Dias da Silva e não a ele, deu continuidade às formalidades cotidianas do governo provincial.

Enquanto esperava que o Presidente nomeado tomasse posse, a Junta Governativa comandada por Manuel de Sousa Martins deu prosseguimento ao que era indicado ao governo. Assim, em 17 de junho de 1824, juntamente com todas as autoridades civis, eclesiásticas e militares da cidade de Oeiras, prestou juramento à Constituição imperial. Na sequência, determinou que todas as câmaras municipais do Piauí fizessem o mesmo juramento. As juntas situadas ao norte da Província, particularmente Parnaíba e Campo Maior, resolveram adiar o juramento da Constituição para momento oportuno.

Em meados de 1824, chega a Oeiras, o Cônego Antônio Fernandes da Silveira, que havia sido nomeado secretário da Presidência da Província do Piauí. Segundo Abdias Neves, a presença desse homem, em Oeiras, foi fundamental nos encaminhamentos posteriores e nas decisões tomadas por Manuel de Sousa Martins:

O Cônego Antônio Fernandes da Silveira, vindo de Sergipe, nomeado pelo Imperador como Secretário do Governador da Província do Piauí, era um observador perspicaz, compreendeu num relance, a situação: o despeito de Sousa Martins pela preferência imperial dada a Simplício Dias da Silva. E foi ao seu encontro, opinando junto ao brigadeiro pelo nenhum efeito da nomeação do Coronel Simplício – fundado em que não manifestara o ânimo de aceitar a investidura. E não ficou aí oficioso à junta, abundando nas mesmas considerações e sugerindo a ideia da convocação de uma câmara que elegeisse um presidente temporário, porquanto a junta não tinha mais figura legal.⁴⁵

As afirmações de Abdias Neves se fundamentam em documentos encaminhados pelo Cônego Silveira à Junta Governativa e a Manuel de Sousa Martins, dando pistas da forma como o Cônego percebia o contexto político e de como, possivelmente, tenha influenciado nos encaminhamentos feitos na sequência por Manuel de Sousa Martins. O brigadeiro era hábil nas articulações políticas, mas contava ainda com uma sabedoria, em particular: saber se aconselhar, em determinados momentos, com as pessoas certas, assim, podemos afirmar que não só o Cônego Silveira, que serviu como seu Secretário nos anos de 1824 e 1825, mas, principalmente seu primo, Padre Marcos Araújo Costa, foram conselheiros e influenciaram muitas das decisões tomadas por Manuel de Sousa Martins.⁴⁶

Completando as estratégias proposta pelo Cônego Silveira e diante da inércia de Simplício Dias da Silva, Manuel de Sousa Martins convoca a eleição para composição do Conselho do Governo, e ato contínuo, a eleição de um Presidente provisório, até que o

Imperador nomeasse um Presidente efetivo para a Província. Em setembro de 1824, ocorreu a eleição, e Manuel de Sousa Martins foi eleito Presidente do Piauí, por unanimidade dos votos do Conselho Provincial. Após a eleição, o Conselho ficou assim constituído: Manuel de Sousa Martins – Presidente, Padre Marcos de Araújo Costa – Vice-Presidente e, ainda, os Conselheiros: Tenente-Coronel Francisco de Araújo Costa, Capitão-Mor João Nepomuceno Castelo Branco, Sargento-Mor Inácio Madeira de Jesus e o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins.

Mais uma vez, a Junta de Governo, chefiada por Manuel de Sousa Martins era absolutamente composta por homens com vínculos familiares e/ou políticos com ele. Mantinha a estratégia como arma para afastar os possíveis adversários, bem como para fortalecer e se hegemonizar nas estruturas do poder político no Piauí. Para completar a ocupação de espaços institucionais relevantes na Província, nomeia seu irmão Joaquim de Sousa Martins, que também pertencera às juntas governativas anteriores, como comandante das Armas da Província.⁴⁷

No decorrer dos acontecimentos e já na condição de Presidente provisório, Manuel de Sousa Martins recebe correspondência das câmaras municipais de Parnaíba e de Campo Maior, afirmando que não fariam o juramento à Constituição imperial e que estavam aderindo ao movimento conhecido como Confederação do Equador, que estava em curso nas províncias do Norte, capitaneado pela província de Pernambuco.

O Presidente prontamente reagiu, mandando ofícios ameaçadores às câmaras municipais exortando que voltassem, à ordem e à fidelidade ao Imperador. A rebelião das vilas de Campo Maior e Parnaíba, regiões de forte influência política de Simplício Dias da Silva, vai ser utilizada por Manuel de Sousa Martins para deslegitimar os grupos oligárquicos ao Norte da Província e favorecer e atrair mercês e prestígio para seu grupo político, centralizado em Oeiras.

Simplício Dias da Silva, possivelmente, por gratidão e apreço ao Imperador pela deferência da nomeação ao cargo de Presidente da Província, não se envolve no movimento de Parnaíba, segue para a região de suas charqueadas com a desculpa de que teria que resolver negócios e pendências particulares, no entanto, seus correligionários e companheiros do movimento de 19 de outubro de 1822, assumem a frente da rebelião de perfil republicano, no Piauí.⁴⁸

Manuel de Sousa Martins usa a rebelião dos parnaibanos para, mais uma vez, favorecer a sua imagem de líder fiel ao Imperador, ao tempo em que insinua que havia sido

um equívoco a nomeação para a presidência da Província de alguém ligado a esse grupo que, agora, se rebelava contra o Imperador:

A atitude de rebeldia dos Parnaibanos parece muito mais ser filha do espírito de revolução e precipitação já costumeira daquele povo, do que fruto das pressões vindas da Província do Ceará. A Parnaíba, Exmo Sr. Precipitou esta província em uma guerra de seis meses por se quererem adiantar alguns de seus habitantes em aclamar a independência, quando podíamos ser independentes sem a menor desordem. Com a aproximação de Fidié se ausentaram da vila, deixando a desguarnecida e no desamparo total, escapando os figurantes para colherem, de longe, os louros e grandes prêmios⁴⁹ (...) deixando-nos a defesa da província que tão demoradamente libertamos.⁵⁰

Manuel de Sousa Martins, aproveita, ainda, a oportunidade para relatar e enaltecer as suas práticas no combate a desordem e na manutenção da ordem imperial, ao tempo em que também procura expressar como era bem querido e valorizado entre os seus. Assim, na sequência do ofício encaminhado ao ministro dos Negócios do Império, passou a historiar os acontecimentos que se deram na Província do Piauí, em decorrência do presidente nomeado não ter tomado posse do cargo. Deu conta que o referido problema foi contornado com a instalação do Conselho da Província, em conformidade com a lei orgânica de 20 de outubro de 1823, e que, empossado o Conselho, realizou a eleição de um presidente provisório, sendo ele o escolhido, por unanimidade, para o cargo.

Ao finalizar a correspondência, faz o relato das providências tomadas para reprimir, se fosse necessário, com a força militar, a rebelião - Confederação do Equador – que, do Ceará, se espraiava para a Província do Piauí:

Passei a dar as providencias necessárias: convoquei tropas para fortificar as partes sujeitas a invasão, convoquei os soldados que tiveram suas baixas para servirem com soldo dobrado até que se restituísse a tranquilidade da província ...
Mandei para a Vila de Valença, o Padre Marcos Araújo Costa (Vice-Presidente) para livrar aquela Vila da péssima doutrina, o que executou com zelo. Procedi a um exame do armamento, apetrechos bélicos e munições ...
Mandei Ofícios aos Presidentes de Minas Gerais, Sergipe e Bahia para conservar a correspondência com essas províncias para podermos cair de chofre sobre os inimigos do Imperador.⁵¹

Desarticulada a Confederação do Equador nas províncias vizinhas, Manuel de Sousa Martins toma atitudes repressivas, manda prender lideranças rebeldes no Piauí, ao tempo em que cobra o imediato retorno à ordem, com o consequente juramento da Constituição imperial.⁵²

Depois de vencido o movimento de rebelião, Manuel de Sousa Martins vê seus pedidos de mercês começarem a surtir efeito na Corte imperial. O Imperador o nomeia para o cargo de Presidente da Província, ocorrendo a posse no dia 01 de maio de 1825. A concessão de

benefícios e mercês ao Presidente da Província e a seu grupo não param por aí, alguns dos seus indicados receberam a honra de pertencerem a Ordens honoríficas imperiais, finalmente, o próprio Manuel de Sousa Martins foi agraciado com o título de Barão da Parnaíba, como forma de reconhecimento dos esforços e favores prestados à causa da independência e à integridade da unidade nacional.⁵³

O projeto de poder imperial no Brasil é um projeto de centralização política na figura do Imperador.⁵⁴ O decreto de 20 de outubro de 1823, que institucionaliza as funções de Presidente de Província, define no seu artigo 3º (terceiro), qual a relação entre esses e o Imperador: “O Presidente será o executor e administrador da Província, será de nomeação do Imperador, e amovível, quando o julgar conveniente”.⁵⁵ O Presidente era um delegado, um representante do Imperador na província, um subordinado aos interesses imperiais.⁵⁶ Manuel de Sousa Martins parece perceber essa particularidade e dá continuidade às práticas de submissão e de inequívocas demonstrações de fidelidade, de extremado interesse em defender o que julgava ser a vontade imperial.

Manuel de Sousa Martins ganhava os bafejos do Imperador e se consolidava no poder. Se as disputas com os grupos oligárquicos do Norte da Província pareciam pacificadas em favor do agora Barão da Parnaíba, as fissuras internas do seu próprio grupo político começavam a se fazer mais visíveis e a incomodar. As queixas vinham, principalmente, do seu irmão, Joaquim de Sousa Martins, que sempre esteve próximo ao poder, pois, desde 1821, participara de todas as juntas de governo, exercendo, sobretudo, a função de comandante das Armas da província. Fora ele um dos principais líderes do movimento em prol da adesão à Independência, em 24 de janeiro de 1823. A situação foi ao extremo, quando o Imperador resolveu, na tentativa de pacificar o problema, extinguir o posto de comandante das Armas da Província, em 1825.⁵⁷

Nas disputas com o irmão, mais uma vez Manuel de Sousa Martins se define como ardoroso defensor dos interesses de D. Pedro I e acusa seus adversários de não terem o zelo necessário, no cumprimento das determinações imperiais. Para ele, a referida carência seria falta grave e motivo para enfrentamentos e desavenças entre o Presidente e o Comandante das Armas, o Coronel Joaquim de Sousa Martins.

Esta província gozou de muito sossego enquanto o governo militar se conservou unido: porém, depois que se separou, em conformidade da lei Orgânica de 20 de outubro de 1823, tem havido algumas dissensões entre este governo e o comandante das armas que, embevecido em seduções de alguns homens de má conduta, que pretendem por meio de seu patronato figurar e escapar de seus repreensíveis

procedimentos e desafeição à causa do imperador, e influenciando-o ao ponto de lhe induzirem a não cumprir os imperiais avisos.⁵⁸

As insinuações e queixas de Manuel de Sousa Martins contra Joaquim de Sousa Martins continuam e, em março de 1825, o Presidente solicita ao Imperador que nomeie um oficial de primeira linha para o comando das Armas da Província, pois o atual titular da função não tinha as habilidades necessárias para o cargo, porém, em virtude dos vínculos de parentesco que os uniam, se via impossibilitado de afastá-lo da função.⁵⁹

Afastado do cargo por decisão imperial em junho de 1825, Joaquim de Sousa Martins seguiu para São Luís e, em seguida se deslocou ao Rio de Janeiro, onde procurou se entender diretamente com o Imperador, mas não conseguiu reverter a situação. Longe dos postos de poder, irritado e doente, morreu esquecido e no ostracismo. Manuel de Sousa Martins, por seu lado, agora Presidente nomeado por carta imperial e agraciado com o título de Barão da Parnaíba dava continuidade ao exercício do poder na Província.

As disputas de Manuel de Sousa Martins com seu irmão Joaquim de Sousa Martins precisam ser entendidas, para além das rixas familiares e das disputas pelo poder local. Nesse sentido, as reflexões de Cristiane Pereira, sobre a Província de Goiás no começo do primeiro reinado, nos ajudam a pensar a complexidade das relações práticas entre um Presidente de Província e o Governador das Armas. Ao primeiro caberia a incumbência de decidir sobre assuntos administrativos ligados à política, à administração pública, à fazenda, entre outros assuntos; ao segundo, caberia apenas decisões em questões de natureza militar e da segurança da Província. Possivelmente, essa divisão de prerrogativas tivesse como intenção última dividir o poder local e fortalecer o poder central do Imperador, no entanto, na prática, provocava conflitos em algumas províncias por desentendimentos entre as duas esferas de autoridade provincial. O Presidente se achava na condição de autoridade máxima, se achava no direito de questionar nomeações de militares, de tomar decisões sobre a defesa da Província e mesmo da manutenção da ordem e, para isso, sentia a necessidade de interferir e controlar a força armada, o que provocava conflitos.⁶⁰

O Barão da Parnaíba se manteve no comando da Província do Piauí, que sob seu controle, gozava de mais sossego e paz do que a maioria das outras províncias, mesmo que o preço pago pelos que se posicionavam como seus adversários fosse elevado. Essa relativa estabilidade da Província só foi abalada entre os anos de 1839 e 1842, quando a revolta da Balaiada, iniciada no Maranhão, se espalhou pelo Piauí, provocando graves conflitos e instabilidade. O movimento de contestação social acabou ganhando também caráter

de disputa entre grupos de elite, na medida em que alguns membros das elites piauienses perceberam, naquela rebelião, a possibilidade de desestabilizar o governo do Barão da Parnaíba. As lutas foram intensas, os gastos financeiros enormes, o custo humano elevado. E, no combate, o Barão usou as armas que tinha à mão para vencer o inimigo.⁶¹

Ao final do movimento, o velho Barão saiu vitorioso, seus inimigos derrotados. A Balaiada havia servido para reafirmar o poder do grupo político concentrado em Oeiras, bem como para massacrar adversários e ainda aumentar fortunas particulares que se viram acrescidas com o resultado de práticas de extorsão e pilhagem, pois os bens dos revoltosos poderiam legalmente ser saqueados. Foi isso que ocorreu com a família Aguiar, residente em Parnaguá, no sul do Piauí. Eles haviam entrado na Balaiada, em favor dos rebeldes e, como punição, foram atacados pelo Comandante legalista José Martins de Sousa e, em seguida, tiveram seus bens saqueados. Ao final do relato que faz ao Barão, o militar afirma: “é inquestionável que ficam pobríssimos, sirva este exemplo de mais uma lição aos homens, que possuindo bens de fortuna, deixam-se levar pela palavra de aventureiros.”⁶²

A vitória sobre a Balaiada consolidava o perfil de Manuel de Sousa Martins como um defensor da ordem imperial, como também serviu para alcançar novas mercês imperiais, de modo que, em 1841, Manuel de Sousa Martins recebeu, o título de Visconde da Parnaíba com grandeza.

Uma última questão que procuramos responder é quanto à longa permanência de Manuel de Sousa Martins no governo provincial do Piauí, pois, assumindo como Presidente da Junta Provisória, em 1823, se manteve na Chefia do Governo piauiense até 1843, quando foi exonerado do cargo pelo Imperador D. Pedro II. Nesse período, apenas por curtos espaços de tempo, esteve fora da chefia do governo, logo voltando ao posto.⁶³ Sobre essa questão, podemos problematizar alguns pontos que julgamos pertinentes.

Um primeiro ponto relevante diz respeito ao fato da Província do Piauí não ocupar espaço significativo no jogo da política imperial, não entrava no rol das províncias mais cobiçadas pelos políticos que queriam fazer carreira na burocracia imperial, visto que os deslocamentos e a comunicação até Oeiras não eram fáceis. Possivelmente, essa era a percepção da burocracia imperial, o que, talvez, tenha norteado a definição dos primeiros nomeados para o cargo de Presidente da Província: Simplício Dias da Silva, que não tomou posse, e depois Manuel de Sousa Martins. Tratava-se de dois representantes das forças políticas locais.

Empossado no cargo, por movimentações políticas locais, pela força da parentela e da sua proximidade com os grupos políticos de Oeiras, Manuel de Sousa Martins demonstrou ter habilidades políticas necessárias, para cumprir de forma satisfatória os desígnios do governo imperial: liderou o movimento de emancipação, soube defender a província em momentos difíceis, como nas instabilidades provocadas pela Confederação do Equador e, anos depois, durante a revolta da Balaiada. E outro fator não menos importante: soube capitalizar todas essas movimentações a seu favor e a seu merecimento. Tinha pulso forte, sabia manejar as estruturas de poder da Província, abafar as reivindicações internas e articular as forças políticas, de forma a favorecer seus interesses e se manter no poder. Dessa forma, foi angariando para si os bafejos imperiais e fortalecendo seu mando. Sem dúvidas um dos seus maiores méritos, na perspectiva dos ministros da corte imperial, foi sua fidelidade ao projeto político do Império, foi sua capacidade de manter a ordem e de abafar todos os movimentos de rebelião que surgiram no Piauí, durante seu governo.

Diante das inúmeras dificuldades que o estado imperial teve que enfrentar, entre os anos 1820 e 1850, para manter a unidade nacional, para conter os interesses locais, abafar revoltas e disciplinar os grupos políticos provinciais, manter a Província do Piauí sob a tutela do Barão da Parnaíba, que sempre demonstrou fidelidade extremada, grande empenho em defender os desígnios e projetos do Estado imperial, pareceu a muitos ministros um caminho acertado.

Outro aspecto que explica a longevidade de Manuel de Sousa Martins na Presidência do Piauí pode ser o seu perfil: homem sertanejo, de pouca educação formal, um político forjado nas relações cotidianas, nas práticas do exercício do poder. Outrossim, já chegara às esferas de poder provincial com idade elevada, tinha 53 anos em 1823, quando assumiu o comando da Junta Governativa da Província. Não tinha formação militar e nem carta de bacharel e, possivelmente, não ambicionava fazer carreira na burocracia imperial e galgar postos na corte. Sua ambição era a presidência do Piauí, provavelmente essa tenha sido sua solicitação e sua recompensa em troca dos favores e serviços prestados ao Império. Assim, nunca concorreu a cargos eletivos para a Câmara de Deputados ou ao Senado. Sua ambição era ser grande entre os seus, ganhar títulos honoríficos, agregar prestígio e honra ao seu clã, aumentar seu patrimônio e poder.

Manuel de Sousa Martins, o Barão e depois Visconde da Parnaíba, aos 76 anos de idade, no auge do seu prestígio e consideração, dava sinais de inadaptação aos novos tempos que se anunciavam no segundo reinado. Desde 1841, era alvo de artigos de jornais publicados

na imprensa do Rio de Janeiro⁶⁴, em que seus adversários faziam severas críticas ao seu governo, e às suas práticas de governança. Depois de vários artigos, o *Diário do Rio de Janeiro* noticiou, em março de 1843, que o Presidente da Província do Piauí seria afastado do cargo e que outra pessoa já havia sido nomeada para a função.⁶⁵ Segundo seus biógrafos, o Visconde se ausentou do governo, mas não da política, pois participou das tramas e intrigas do poder no Piauí até meados dos anos 1850, vindo a falecer em 1856, aos 89 anos de idade.

Mostramos na análise que Manuel de Sousa Martins, a despeito de suas limitações iniciais, conseguiu usar as ferramentas de ascensão social presentes nas sociedades colonial e imperial e auferir para si e para sua parentela: poder, honra, prestígio social e patrimônio. Na falta da formação intelectual e da envergadura, requisitos que acompanhavam parte significativa dos que ocupavam cargos de Presidente de Província, usou de outros artifícios e saberes, como: a força da sua parentela, a sagacidade para calcular e manipular, a capacidade de liderar, o senso de oportunidade como ferramentas úteis aos seus desígnios. Essas características pessoais, somadas ao manuseio da força, da violência e de práticas de há muito presentes na manutenção da ordem senhorial foram os artifícios e saberes que Manuel de Sousa Martins soube usar a seu favor. Um último ponto, mas não menos importante, foi sua astúcia em compreender os ganhos que poderia ter, ao fazer a intransigente defesa do projeto de poder imperial. A forma como manuseou essas variáveis foi fundamental para a manutenção da ordem na Província e para a longevidade do seu governo.

Notas

¹ Georges Gardner é um botânico naturalista escocês que viajou pelo Brasil entre 1836 e 1841.

² MANUEL DE SOUSA MARTINS nasceu em Oeiras, Piauí, em dezembro de 1767, em Oeiras, e faleceu em 1856. Foi personagem importante no processo da independência da província do Piauí, assumindo a presidência do Conselho de Governo, no período de 1825-1828 e a presidência do Piauí de 1831 a 1843. Por sua participação na política e em contendas militares, sempre se mostrando fiel aos interesses do Império brasileiro, foi agraciado com os títulos de Barão e posteriormente de Visconde da Parnaíba.

³ SOUSA, Esmaraldo de Freitas. *Homens e episódios*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015. p.35.

⁴ RÊGO, José Expedito. *Vaqueiro e visconde*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986. p.15-20.

⁵ Ao esboçarmos a trajetória de Manoel de Souza Martins, levaremos em consideração não apenas os enunciados da historiografia, mas também os enunciados da criação literária, por entendermos que são tênues os limites entre história e literatura, sobretudo quando se trata de romance histórico, como é o caso da obra citada, visto que este gênero pretende produzir efeitos de realidade através de referências factuais.

⁶ Manuel de Souza Martins, O visconde da Parnaíba, era também conhecido como Né de Sousa, nome adotado por Expedito Rego, para o protagonista do seu romance.

- ⁷ SOUSA, Esmaragdo de Freitas. *Ibid.* p.35.
- ⁸ RÊGO, José Expedito. *Vaqueiro e Visconde*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986. p.28.
- ⁹ SOUSA, Esmaragdo de Freitas. *Homens e episódios*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015. p.35.
- ¹⁰ FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987. p.192. 1 v.
- ¹¹ COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder local e autoridade nas conquistas: considerações acerca da atuação dos corpos de ordenanças no contexto do Império português. *Revista Tema Livre*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 13, abril. 2008. Disponível em: <http://revistatemalivre.com/militar12-html>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- ¹² SOUSA, Esmaragdo de Freitas. *Ibid.* p.35-80.
- ¹³ KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Orientador: Ronald José Raminelli. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências, Humanas e Tecnologia, UFF, São Paulo, 2010.
- ¹⁴ AIDAR, Bruno. Apresentação. *História econômica & história de empresas*, [s. l.], v. 16, n. 2, p.184, Jun.2014.
- ¹⁵ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.64.
- ¹⁶ JUNTAS DA REAL FAZENDA. In: DICIONÁRIO período colonial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/181-juntas-da-real-fazenda>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- ¹⁷ Coleção de Leis do Império do Brasil – 1811, Carta Régia de 27 de abril de 1811, 1 v. p.46.
- ¹⁸ AIDAR, Bruno. *Ibid.* p.206.
- ¹⁹ Organização militar, poder local e autoridade nas conquistas.
- ²⁰ GARDNER, Georges. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. p.127.
- ²¹ MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2000. p.177-196.
- ²² CASTELO BRANCO, Miguel Borges Leal. *Apontamentos Biográficos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014. p.49.
- ²³ COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras / FUNDAC, 2010. p.73.
- ²⁴ BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006. p.150- 152.
- ²⁵ NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006. p. 68-71.
- ²⁶ GARDNER, Georges. *Ibid.* p.128.
- ²⁷ BRANDÃO, Wilson de Andrade. *op. Cit.* p.124-125.
- ²⁸ NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006. p.94-103.
- ²⁹ CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000. p.65-106.
- ³⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Ibid.* p.118.
- ³¹ NEVES, Abdias. *Ibid.* p.142-150.
- ³² No jogo da solicitação e concessão de mercês, muitas vezes, a relação e o pedido ao Monarca, poder concedente, se dá depois dos feitos realizados, como forma de recompensa ao realizado. VIANA JR, Mário Martins. *Masculinidades Compósitas nas capitânicas do Norte da América Portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Orientador: Roselane Neckel. 2013. 342 f. Tese (doutorado), UFSCA. Florianópolis, 2013. p.34.
- ³³ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p.426.
- ³⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Ibid.* p.183.
- ³⁵ *Idem.* p.186.
- ³⁶ *Idem.* p.193-194.
- ³⁷ LE GOFF, Jacques. Memória. *Ibid.* p.472.
- ³⁸ Império do Brasil. *Diário do Governo*, 2 v, Quarta-feira, 03 set.1823.

³⁹*Idem.*

⁴⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Ibid.* p.189-190.

⁴¹ CERTEAU, Michel. Credibilidades políticas. In: *A invenção do cotidiano*. 1 v. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p.277-291.

⁴² Coleção de Leis do Império do Brasil – 1823. Lei de 20 de outubro de 1823, 10 v. p.10.

⁴³ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*. São Paulo: Editora, 2014. p.34.

⁴⁴ FAUSTO, Boris. O primeiro reinado. In: *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2012. p.141-158.

⁴⁵ NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI, 1997. p.113.

⁴⁶ SOUSA, Esmarardo de Freitas. *Ibid.* p.33-78.

⁴⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Ibid.* p.207

⁴⁸ NEVES, Abdias. *Ibid.* p.108-114.

⁴⁹ Nesse ponto Manuel de Sousa Martins faz sutil referência a Simplício Dias da Silva, liderança maior do movimento de 19 de outubro de 1822, proclamando a independência do Piauí em Parnaíba, o que levou o Major português José da Cunha Fidié a ocupar militarmente a cidade. O Referido líder político foi nomeado em novembro de 1823 pelo Imperador ao cargo de presidente da província.

⁵⁰ NEVES, Abdias. *Ibid.* p. 121.

⁵¹*Idem.* p.122

⁵²*Idem.* p.115-125.

⁵³ CASTELO BRANCO, Miguel Borges Leal. *Ibid.* p.50.

⁵⁴ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: *História do Brasil Nação(1808 -1831)*. 1 v. Rio de Janeiro: MAPFRE & Editora Objetiva, 2011.p.75-113.

⁵⁵ Coleção de Leis do Império do Brasil – 20/10/1823. Lei de 20 de outubro de 1823.1 v. p.10.

⁵⁶ PEREIRA, Cristiane. *Os primeiros presidentes em duas províncias distintas: Goiás e Rio Grande do Sul (1824 -1831)*, 2017,Brasília.Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: ANPUH, 2017.

⁵⁷ NEVES, Abdias. *A Confederação do Equador no Piauí.*: EDUFPI, 1997. p.144-145.

⁵⁸NEVES,Abdias. *Ibid.* p.144.

⁵⁹*Idem.* p.145.

⁶⁰ PEREIRA, Cristiane. *Ibid.*

⁶¹ Para obter maiores informações sobre a Balaiada ver: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí*. 3 v. Teresina: FUNDAPI, 2007. p. 63.

⁶²*O Telégrafo*, Oeiras. n.58, 08 jun. 1840, p.03-04.

⁶³ Manuel de Sousa Martins assumiu o comando da Província do Piauí na condição de Presidente da Junta Provisória de Governo e aí permaneceu até setembro de 1824, quando foi eleito Presidente provisório, ficando nessa condição até Maio de 1825, quando definitivamente nomeado pelo Imperador como Presidente da Província do Piauí. Cargo que ocupou até fevereiro de 1828. A 17 de fevereiro de 1831 volta interinamente ao Governo e poucos dias depois, com a morte do Presidente efetivo, assume o governo e fica no poder até 30 de dezembro de 1843.

⁶⁴ Na pesquisa encontramos artigos que tratam da necessidade de substituição do Visconde da Parnaíba, Presidente da Província do Piauí, Os artigos estão publicados no jornal: *Diário do Rio de Janeiro*, iniciando pelo artigo: Correspondência. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 182,13 ago. 1841, p.3-4.

⁶⁵ A sentinela. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 48, 01 mar. de 1843, p.02.

Referências

AIDAR, Bruno. Apresentação. *História econômica & história de empresas*, [s. l.], v. 16, n. 2, p.184, Jun.2014.

ARAÚJO, Johnny Santana. O Piauí no processo de independência: contribuição para a construção do Império em 1823. *Revista Clío*, Recife, 33 v, n.2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24527/19816>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

CASTELO BRANCO. Miguel Borges Leal. *Apontamentos biográficos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

CERTEAU, Michel. Credibilidades políticas. *In: A invenção do cotidiano*. 1 v. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras / FUNDAC, 2010.

COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder local e autoridade nas conquistas: considerações acerca da atuação dos corpos de ordenanças no contexto do Império português. *Revista Tema Livre*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 13, abril. 2008. Disponível em: <http://revistatemalivre.com/militar12-html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n.58, jul/ago.2003. p.116-133.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. 1 v. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

FAUSTO, Boris. O primeiro reinado. *In: História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

GARDNER. Georges. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Orientador: Ronald José Raminelli. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências, Humanas e Tecnologia, UFF, São Paulo, 2010.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In: história e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. *In: Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.

NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI, 1997.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: *História do Brasil Nação (crise colonial e independência 1808 -1831)*. 1 v. Rio de Janeiro: MAPFRE & Editora Objetiva, 2011.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí*. 3 v. Teresina: FUNDAPI, 2007.

PEREIRA, Cristiane. *Os primeiros presidentes em duas províncias distintas: Goiás e Rio Grande do Sul (1824 -1831)*, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: ANPUH, 2017.

RÊGO, José Expedito. *Vaqueiro e Visconde*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

SOUSA, Esmaragdo de Freitas. *Homens e episódios*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

VIANA JR, Mário Martins. *Masculinidades Compósitas nas capitânicas do Norte da América Portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Orientadora: RoselaneNeckel. 2013. 342 f. Tese (doutorado), UFSCA. Florianópolis, 2013. p.34.